



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



OS  
Nº 70022341333  
2007/CÍVEL

AÇÃO DIRETA  
INCONSTITUCIONALIDADE

DE

ÓRGÃO ESPECIAL

Nº 70022341333

COMARCA DE PORTO ALEGRE

PREFEITO  
GUAPORE

MUNICIPAL

DE

PROPONENTE

CAMARA MUNICIPAL  
VEREADORES DE GUAPORE

DE

REQUERIDO

PROCURADOR GERAL DO ESTADO

INTERESSADO

## DECISÃO

Vistos.

1. O PREFEITO DE GUAPORÉ-RS, Sr. Antônio Carlos Spiller, propõe a presente ***“ação direta de inconstitucionalidade, com pedido liminar”***, objetivando a declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 09/2007, de 12.09.2007, que *“autoriza o Poder Executivo a criar o serviço “cidadão on-line”, no âmbito do Município de Guaporé e dá outras providências”*.

Nas razões, sustenta que o ato normativo ora impugnado, de origem legislativa, apresenta a eiva da inconstitucionalidade por ofensa ao princípio da harmonia e independência dos poderes, porquanto compete privativamente ao Governador do Estado e, por consequência, ao Prefeito Municipal, a iniciativa de leis que disponham sobre a criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública. (art. 60, II, “d”, da CE). Destaca que o art. 20 da Lei Orgânica do Município também refere a competência do Chefe do Poder Executivo para a iniciativa de leis que se ocupam com a organização e funcionamento dos órgãos da

J



OS

Nº 70022341333

2007/CÍVEL

Administração Pública e o provimento dos respectivos cargos. Aduz que a referida norma prescreve a prática de atos de competência exclusiva do Poder Executivo, impondo regramento que se desvia dos comandos contidos nos art. 60 e 82 da Constituição Estadual. Salaria, ademais, que o regramento municipal em análise cria despesas ao Executivo sem mencionar a fonte de custeio das ações e programas no texto previstos. Discorre acerca da presença dos requisitos do *"fumus boni iuris"* e do *"periculum in mora"*, postulando a concessão de liminar para o efeito de suspender a eficácia da lei aqui atacada. Ao final, pede a procedência do pedido de declaração direta de inconstitucionalidade. Junta documentos.

É o relatório.

Decido o pleito de liminar

2. É alegada, na petição inicial, violação direta de lei municipal a dispositivo da Constituição Estadual. Cabe, portanto, a esta Corte Estadual de Justiça, nos termos do art. 95, XII, "d", da Carta Estadual, apreciar a presente ADIn.

No tocante à legitimidade ativa, registro que o Sr. Prefeito Municipal a tem para propor a ação direta de inconstitucionalidade, nos termos do art. 95, §2º, III, da Carta Estadual.

Quanto à concessão de liminar em ação direta de inconstitucionalidade, é de sabença geral a possibilidade de deferimento quando pareça verossímil a alegação de incompatibilidade entre a norma e a Constituição (*fumus boni iuris*) e, ademais, haja razões sérias para temer que a respectiva aplicação produza consequências graves, irreversíveis ou *difficilmente* reversíveis (*periculum in mora*).

Com tais considerações, adianto que o caso em exame autoriza o deferimento da liminar pleiteada até o definitivo pronunciamento



OS  
Nº 70022341333  
2007/CÍVEL

do Órgão Especial, isso porque o diploma legal questionado apresenta-se, já à primeira vista, inconstitucional.

Com efeito, está configurada, na espécie, a plausibilidade da argumentação do Sr. Prefeito Municipal, padecendo a norma impugnada do apontado vício da inconstitucionalidade, na medida em que o Poder Legislativo, ao encaminhar projeto de lei versando sobre a criação do chamado serviço “*Cidadão On-Line*” no âmbito do Município de Guaporé, interferiu diretamente em atos da Administração, pois a iniciativa do processo legislativo quanto às normas que versem sobre criação, estruturação e atribuições das secretarias e órgãos da administração pública compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo, conforme art. 60, II, “d”, e art. 82, VII, da Constituição Estadual.

Ademais, cabe referir que a edição de normas, por iniciativa do Legislativo, que determinam acréscimo de despesas ao Município, o que é o caso em exame, sugere violação do princípio fundamental da separação de Poderes, por interferir na competência privativa atribuída ao Poder Executivo para esse tipo de iniciativa legislativa. (Constituição do Estado, artigos 10 e 149)

E no que diz com o aumento de despesa, tenho que é certo que ele ocorreria com a aplicação da legislação em comento, uma vez que a criação de mecanismos para a efetivação do referido serviço é medida que implica evidente dispêndio de dinheiro público, estando, assim, o Poder Legislativo a interferir em questão de dotação orçamentária do município, acerca da qual somente o Executivo pode deliberar por flagrante reflexo nas contas públicas, não se admitindo o aumento de despesas sem a correspondente previsão orçamentária que a defina, dispondo, neste sentido, a Constituição Estadual nos seus artigos 8º, 10; 13, I, 149 e 154, I, da Constituição Estadual, e 30, I, da Constituição Federal.

3  
V



OS  
Nº 70022341333  
2007/CÍVEL

Destarte, houve usurpação de competência instituída constitucionalmente, razão pela qual se encontra presente o perigo de dano irreparável, eis que presente situação que caracteriza, *prima facie*, relevante interesse de ordem pública, ante a possibilidade de geração de gastos indevidos para o erário municipal, além da conveniência de preservação da integridade da ordem jurídica local, até definitiva decisão de mérito.

3. Com esses argumentos, sem embargo de reconhecer valiosas as razões que inspiraram a lei examinada, defiro a medida cautelar pleiteada, para suspender a eficácia da Lei nº 09/2007, de 12 de setembro de 2007, do Município de Guaporé.

**4. Demais providências:**

a) Notifique-se o Sr. Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Guaporé para que preste, em 30 dias, as informações que considerar relevantes e necessárias.

b) Cite-se o Sr. Dr. Procurador-Geral do Estado.

c) Dê-se, oportunamente, vista dos autos ao Dr. Procurador-Geral de Justiça.

d) Intime-se.

Porto Alegre, 02 de janeiro de 2008.

  
DES. OSVALDO STEFANELLO,  
Relator.